



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

**027/2024**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**110/2024**

### **ÓRGÃO GERENCIADOR**

**MUNICÍPIO DE MAIRI**

### **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**SECRETARIAS MUNICIPAIS**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 21/11/2024 às 10:00 (horário de Brasília)**

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

☒ menor preço / ☐ maior desconto, por

☒ lote / ☐ por grupo / ☐ global

### **MODO DE DISPUTA:**

☒ aberto / ☐ aberto e fechado

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

☐ SIM / ☒ NÃO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

### **PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE MAIRI**, Estado de Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob número 14.212.872/0001-28, neste ato representado pelo seu atual Secretário de Administração e Planejamento, Sr. Leandro Assis de Oliveira, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

Este Pregão será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal 041/2023, Decreto Federal 11.462/2023 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, além das condições previstas neste Edital e seus anexos.

**APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:** Até às 09:00, do dia 21 de novembro de 2024.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:** às 10:00, do dia 21 de novembro de 2024.

**SÍTIO ELETRÔNICO:** <https://www.portaldecompraspublicas.br>

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília

**TIPO DE JULGAMENTO:** POR ITEM

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet* no *site* <http://www.mairi.ba.gov.br> e <https://www.bnc.org.br>

**ESCLARECIMENTOS:** *E-mail:* [licitacao.mairi@gmail.com](mailto:licitacao.mairi@gmail.com) *telefone* (74) 3632-2110, ou na sala de Licitações, situada à Praça J. J. Seabra, Centro.

Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Mairi ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do presente certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

As decisões e informações por parte da Pregoeira serão comunicadas mediante chat no portal da Bolsa Nacional de Compras – BNC (<https://www.portaldecompraspublicas.br>) e demais atos publicados no Site Oficial da Prefeitura ([www.mairi.ba.gov.br](http://www.mairi.ba.gov.br)).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

### **1. DO OBJETO**

1.1. contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de construção, destinados a suprir as necessidades das diversas secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Mairi-BA, em conformidade com as especificações detalhadas e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal <https://www.portaldecompraspublicas.br> por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal <https://www.portaldecompraspublicas.br> até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6.1. Aplicar-se á a exceção ao tratamento diferenciado referente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não sendo efetuada a divisão de cotas, de itens acima de 80.000,00, considerando a não vantajosidade para a administração pública, a fim de possibilitar, melhor fiscalização e gerenciamento da prestação dos serviços, nos termos no art. 49, III Lei Complementar 123/06.

### **2.7 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.11. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.**

**2.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.**

**2.7.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.**

**2.7.14. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.**

**2.7.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

**2.7.16. A vedação de que trata o item 2.7.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.**

## **2.8. Sociedades cooperativas:**

2.8.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

2.8.1.1. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

2.8.1.2. Tal restrição também encontra amparo nos artigos 4º, inciso II e, 5º da Lei 12.690/2012, e Súmula 281 do TCU.

2.8.1.3. Nesse sentido, a aparente economicidade dos valores ofertados pelo licitante nesses casos não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração Pública advindo de eventuais ações trabalhistas.

### **3. DO ENVIO DA PROPOSTA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico NO CAMPO PREVISTO, a proposta escrita, com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, emitida em papel timbrado da empresa, datada e assinada pelo representante legal com a descrição do objeto ofertado, preço e informações necessárias, não divergente do cadastrado no sistema até a data e o horário estabelecidos no Edital, e também deverá conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- a) Razão Social, nome fantasia, endereço completo, CNPJ, os números de telefone, endereço eletrônico (e-mail), para contato e a identificação do banco, agência, conta corrente;
- b) Número respectivo Pregão e respectivo Processo Administrativo;
- c) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente Licitação em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- e) Dados, informações pessoais e endereço completo da pessoa responsável para assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato;

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- a) No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- b) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Junto com a proposta inicial, o licitante enviará, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) De que pode usufruir dos benefícios de ME E EPP, e que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.12. A ausência das declarações de que trata o item 3.11 sujeitará a desclassificação da proposta.

**3.13. A falsidade da declaração de que trata os incisos do item 3.11 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I - Descrição das especificações do objeto deste Edital, atendendo as características arroladas;

II - **Valor unitário** ou **percentual de desconto** (critério definido no preâmbulo, deste edital e conforme estabelecido no sistema);

III - Prazo de validade da Proposta;

IV - Marca do produto ofertado;

V - Modelo que identifique o produto ofertado; **NÃO APLICÁVEL PARA ESTE CERTAME**

VI - Data e assinatura do representante legal;

4.2. Todas as informações contidas no inciso I, II, III, IV, V e VI deverão constar na proposta escrita da empresa anexada ao sistema, sob pena de desclassificação.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

ensejar a responsabilização, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- a) Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que, somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO**.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração **de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- a) Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- b) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- c) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- e) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f) Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

- a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- e) Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entrelances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- f) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

f.1) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

ato contínuo à classificação;

f.2) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

f.3.) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

f.4) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

g) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

g.1) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

g.2) Empresas brasileiras;

g.3) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

g.4) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos até o máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e,
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens. e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - a.1) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - a.2) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

7.1. Encerrada a etapa de lances e negociações, o pregoeiro convocará o(s) licitante(s) detentor(es) da(s) melhor(es) oferta(s), para que este(s) anexe(m) no sistema a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **O tempo a ser estipulado para este procedimento será definido a critério do pregoeiro, devendo respeitar o limite mínimo de 30 minutos e máximo de 2 horas.**

7.1.1. Com vistas a atender ao princípio da eficiência e celeridade processual, o pregoeiro poderá, no mesmo ato, solicitar a documentação de habilitação, concedendo o mesmo prazo para a apresentação de ambos, proposta e documentação, de forma a otimizar o processo e garantir agilidade na análise;

7.1.2. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

7.1.3. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: [licitacao.mairi@gmail.com](mailto:licitacao.mairi@gmail.com) e/ou [administracao@mairi.ba.gov.br](mailto:administracao@mairi.ba.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (74-3632-2110). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Mairi-BA quanto do emissor.

7.1.4. **A proposta deverá conter: Além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:**

- I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas;  
NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL (LOTE COM TODOS OS ITENS), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.
- II - Preço unitário e total, **READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE**, com até DUAS casas decimais (0,00).
- III - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;
- IV - Prazo de entrega;
- V - Data e assinatura do representante legal;

7.1.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**

7.2. **A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo concedido para entrega da proposta reajustada e/ou documentos complementares, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.**

### **8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

8.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

8.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

### 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, garantido ao Agente de Contratação, quando houver dúvidas da veracidade da documentação apresentada, a realização de diligências.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na formada lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

9.6. A habilitação será verificada por meio da conferência dos documentos inseridos em campo próprio do Portal <https://www.portaldecompraspublicas.br>.

- a) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal <https://www.portaldecompraspublicas.br> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- a) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- a) Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital. O tempo a ser estipulado para este procedimento será definido a critério do pregoeiro, devendo respeitar o limite mínimo de 30 minutos e máximo de 2 horas.
  - a.1) Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat, prorrogação do mesmo.
  - a.2) Com vistas a atender ao princípio da eficiência e celeridade processual, o pregoeiro poderá solicitar a documentação de habilitação e proposta reajusta, no mesmo ato, concedendo o mesmo prazo para a apresentação de ambos, proposta e documentação, de forma a otimizar o processo e garantir agilidade na análise;
- b) Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.9. A verificação da exigência dos documentos será feita em relação ao licitante vencedor.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- a) Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- b) Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. Após a declaração do vencedor, os licitantes terão o prazo de 15 (quinze) minutos para manifestarem, de forma imediata, via sistema, sua intenção de interpor recurso, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021. A ausência de manifestação nesse prazo implicará na preclusão do direito de recorrer.

10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado no deferimento da manifestação;
- b) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação da ata de julgamento.

10.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

10.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) Deixar de apresentar amostra;
  - b.5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - c.1) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) Fraudar a licitação;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - f.1) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - f.2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - f.3) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
    - a) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
    - b) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.1, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens “d”, “e” e “f” do item 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 11.1 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “a”, “b” e “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1, alínea “a”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido, via sistema, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados via sistema, pelo seguinte meio: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

12.2.1 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá aos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em no mesmo endereço no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrados no sistema da BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 – Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

da Autoridade Competente, para expedição e publicação dos atos adjudicatório e homologatório.

14.2 – Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

### **15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

15.1. Fica assegurado ao Município de Mairi, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

15.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

15.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

15.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

15.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

15.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

15.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Mairi -BA.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.bnc.org.br> e no site oficial [www.mairi.ba.gov.br](http://www.mairi.ba.gov.br)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. ANEXO I – Declaração que atende aos requisitos habilitatórios;
- II. ANEXO II – Declaração de Enquadramento;
- III. ANEXO III - Termo de Referência;
- IV. ANEXO IV – Formulário-Proposta
- V. ANEXO V – Declaração Unificada;
- VI. ANEXO VI – Minuta do Contrato

MAIRI - BAHIA, 05 de novembro de 2024.

**LEANDRO ASSIS DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

### **ANEXO I**

#### **DECLARAÇÃO DE DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF \_\_\_\_\_ sob \_\_\_\_\_ o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, DECLARA, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme Art.63, § 1º da Lei 14.133, de 2021, bem como tem ciência de que:

1 - Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- a) aqueles inerentes a documentos de identificação;
- b) referentes a participações societárias;
- c) informações inseridas em contratos sociais;
- d) endereços físicos e eletrônicos;
- e) estado civil;
- f) eventuais informações sobre cônjuges;
- g) relações de parentesco;
- h) número de telefone;
- i) sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- j) informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2 - Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3 - O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Em, // .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO**  
**PORTE (EPP)**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que no ano calendário ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, pretendendo utilizar-se do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, estando ciente das penalidades cabíveis.

Em, // .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
**(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 109/2024

### 1. OBJETO:

- 1.1. contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de construção, destinados a suprir as necessidades das diversas secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Mairi-BA.
- 1.2. Os materiais de construção incluem, mas não se limitam a: cimento, areia, brita, tijolos, blocos, telhas, tintas, materiais hidráulicos, materiais elétricos, ferramentas e demais insumos indispensáveis à execução das atividades de manutenção e obras da municipalidade. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme solicitação e demanda das secretarias competentes, durante o período de vigência do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	ABRAÇADEIRA DE AÇO T 5 DISPONÍVEL EM UNIDADES	UNIDADE	200
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON ENFORCAGATO 2,5x200MM PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	600
3	ADAPTADOR DE TOMADA , ENTRADA MACHO (PADRÃO ANTIGO), SAÍDA FÊMEA (PADRÃO NOVO) 220V	UNIDADE	150
4	ADAPTADOR DE TOMADA BENJAMIM "T", 4 EM 1 TOMADAS NOVAS E ANTIGAS 220V	UNIDADE	150
5	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE 20 MM	UNIDADE	50
6	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE 25 MM	UNIDADE	40
7	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE 32 MM	UNIDADE	30
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE 50 MM	UNIDADE	30
9	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE 60 MM	UNIDADE	25
10	ADAPTADOR SR 20 MM X 1/2"	UNIDADE	50
11	ADAPTADOR SR 25 MM X 3/4"	UNIDADE	40
12	ADAPTADOR SR 32 MM X 1"	UNIDADE	25
13	ADAPTADOR SR 50 MM X 1.1/2"	UNIDADE	25
14	ALAVANCA REDONA LISA, 1" x 1,80 M, COM UMA PONTA TIPO PONTEIRO E OUTRA TIPO TALHADEIRA.	UNIDADE	3
15	ALICATE EM AÇO CARBONO 8" - 203 mm	UNIDADE	25
16	ALIZAR EM MADEIRA, PARA MARCO DE PORTAS, LARGURA 5 CM.	METRO	100
17	ARAME FARPADO, EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA E TRÊS CAMADAS DE ZINCO, CARGA MÁXIMA DE RUPTURA DE 250 KGF, APROX 2 MM DE DIÂMETRO E 125 MM DE DISTÂNCIA ENTRE FARPAS, BOLAS DE 500 METROS	BOLA	20
18	ARAME GALVANIZADO BITOLA Nº 16	KG	100
19	ARAME GALVANIZADO BITOLA Nº 18	KG	150
20	ARAME RECOZIDO Nº 18	KG	100
21	ARCO DE SERRA 12"	UNIDADE	20
22	ARGAMASSA, APLICAÇÃO ASSENTAMENTO DE CERÂMICA EM PAREDES E PISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COLANTE DE USO EXTERNO, APRESENTAÇÃO PÓ, TIPO AC I, SACA COM 20KG	SACO	300
23	ARGAMASSA, COMPOSIÇÃO CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS E ADITIVOS, APLICAÇÃO ASSENTAMENTO DE CERÂMICA EM PAREDES E PISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COLANTE DE USO EXTERNO, APRESENTAÇÃO PÓ, TIPO AC III, NORMAS TÉCNICAS NBR 14081, SACA COM 20KG	SACO	250

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

24	ARRUELA DE FERRO GALVANIZADO LISA TAM 3/8	UNIDADE	500
25	ARRUELA DE FERRO GALVANIZADO LISA TAM 1/2	UNIDADE	250
26	ARRUELA DE FERRO GALVANIZADO LISATAM 5/16	UNIDADE	200
27	ASSENTO PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO UNIVERSAL	UNIDADE	150
28	VASO SANITÁRIO COM DESCARGA ACOPLADA, COR BRANCA	UNIDADE	20
29	BALDE RESISTENTE EM MATERIAL PVC COM ALÇA EM METAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS	UNIDADE	200
30	BARRA CHATA 2 X 3/16	UNIDADE	20
31	BARRA DE APOIO FIXA PARA IDOSO/PESSOA COM DEFICIÊNCIA, COM 40 CM DE COMPRIMENTO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO INOX, COM DIÂMETRO ENTRE: 30 MM E 35 MM, CHAPA #18 (MÍNIMO), COM FLANGE PARA FIXAÇÃO E CANOPLAS DE ACABAMENTO, PARAFUSOS E BUCHAS DE FIXAÇÃO.	UNIDADE	10
32	BARRA DE APOIO FIXA PARA IDOSO/PESSOA COM DEFICIÊNCIA, COM 60 CM DE COMPRIMENTO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO INOX, COM DIÂMETRO ENTRE: 30 MM E 45 MM, CHAPA #18 (MÍNIMO), COM FLANGE PARA FIXAÇÃO E CANOPLAS DE ACABAMENTO, PARAFUSOS E BUCHAS DE FIXAÇÃO.	UNIDADE	10
33	BARRA DE FERRO P/CONSTRUÇÃO 12M CA-50 10MM (3/8)	UNIDADE	300
34	BARRA DE FERRO P/CONSTRUÇÃO 12M CA-50 8MM (5/16)	UNIDADE	250
35	DESINFETANTE GERMICIDA LÍQUIDO à BASE DE CRESÓIS EM FENOL, COM AÇÃO EXCLUSIVA SOBRE MICROORGANISMOS, TIPO BENZOCREOL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. EMBALAGEM (LATA) CONTENDO MÍNIMO DE 900 ML.	UNIDADE	40
36	BLOCO CERÂMICO 8 FUROS, PADRÃO ABNT 9 X 19 X 29CM	CENTO	1000
37	BOCAL COMUM PARA LÂMPADAS	UNIDADE	250
38	BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA, EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, PADRÃO.	UNIDADE	80
39	BOMBA SUBMERSA VIBRATÓRIA (TIPO SAPO) PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA LIMPA, COM ADAPTADOR PARA MANGUEIRA DE ¾ OU 1", TENSÃO NOMINAL 220V, 60 HZ, POTÊNCIA NOMINAL 400 A 500W, ALTURA MANOMÉTRICA MÁXIMA: 50 M, VAZÃO MÍNIMA 800 L/H, RESISTÊNCIA À UMIDADE: CLASSE IP 58, SUBMERSÃO MÁXIMA: 20M, ISOLAÇÃO DA BOMBA.	UNIDADE	25
40	BOTA DE BORRACHA, CANO LONGO, MATERIAL RESISTENTE, NUMERAÇÕES DISPONÍVEIS DO 39 AO 42	PAR	100
41	BRAÇO PARA CHUVEIRO ELÉTRICO, EM ALUMÍNIO TAMANHO 40 CM	UNIDADE	30
42	BRITA, ROCHA FRAGMENTADA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, TIPO 1.	M³	180
43	BROCA AÇO RÁPIDO 1/16"	UNIDADE	10
44	BROCA AÇO RÁPIDO 1/2"	UNIDADE	10
45	BROCA AÇO RÁPIDO 1/4"	UNIDADE	10
46	BROCA AÇO RÁPIDO 1/8"	UNIDADE	10
47	BROCA AÇO RÁPIDO 3/16"	UNIDADE	10
48	BROCA AÇO RÁPIDO 3/8"	UNIDADE	10
49	BROCA AÇO RÁPIDO 5/16"	UNIDADE	10
50	BROCA DE CONCRETO VIDEA, TAMANHO 6 MM (1/4)	UNIDADE	10
51	BROCA DE VIDEA, TAMANHO 10 MM (3/8)	UNIDADE	10
52	BROCA DE VIDEA, TAMANHO 12 MM (1/2)	UNIDADE	10
53	BROCA DE VIDEA, TAMANHO 8 MM (5/16)	UNIDADE	10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

54	BROXA PARA PINTURA, BASE PLÁSTICO, CABO PLÁSTICO, FORMATO RETANGULAR, TAMANHO GRANDE, COR CABO PRETA, APLICAÇÃO CAIAÇÃO E PISOS, TAMANHO APROXIMADO 185 x 80	UNIDADE	100
55	BUCHA DE REDUÇÃO PARA ESGOTO 50 x 40MM	UNIDADE	20
56	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 25 x 20MM	UNIDADE	50
57	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 32 x 25MM	UNIDADE	25
58	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 x 20MM	UNIDADE	30
59	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 x 25MM	UNIDADE	25
60	BUCHA ELETRODUTO 1"	UNIDADE	20
61	BUCHA ELETRODUTO 3/4"	UNIDADE	40
62	BUCHA EM PLÁSTICO, TAM 10 MM P/PARAFUSO	UNIDADE	500
63	BUCHA EM PLÁSTICO, TAM 12 MM P/PARAFUSO	UNIDADE	300
64	BUCHA EM PLÁSTICO, TAM 6 MM P/PARAFUSO	UNIDADE	300
65	BUCHA EM PLÁSTICO, TAM 7 MM P/PARAFUSO	UNIDADE	250
66	BUCHA EM PLÁSTICO, TAM 8 MM P/PARAFUSO	UNIDADE	600
67	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA, TAMANHO MÍNIMO DE 1,25M	UNIDADE	150
68	CABO DE MADEIRA PARA PÁ TAMANHO MÍNIMO DE 1,25M	UNIDADE	150
69	CABO DE MADEIRA PARA PICARETA, TAMANHO MÍNIMO DE 0,92CM	UNIDADE	150
70	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM CORES VARIADAS	METRO	800
71	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM CORES VARIADAS ROLO COM 100 METROS	ROLO	20
72	CABO FLEXÍVEL 6 MM CORES VARIADAS	METRO	600
73	CABO PP EMBORRACHADO 1,5 MM	METRO	200
74	CABO PP EMBORRACHADO 2,5 MM	METRO	500
75	CABO PP EMBORRACHADO 2,5 x 3 MM	METRO	150
76	CADEADO EM METAL PEQUENO 25MM	UNIDADE	50
77	CADEADO EM METAL PEQUENO 30MM	UNIDADE	80
78	CADEADO EM METAL PEQUENO 35MM	UNIDADE	100
79	CADEADO EM METAL GRANDE 40MM	UNIDADE	120
80	CADEADO EM METAL GRANDE 45MM	UNIDADE	120
81	CAIXA DE PASSAGEM EM MATERIAL PVC, COM TAMPA, TAMANHO 30 X 30	UNIDADE	15
82	CAIXA PADRÃO MONOFÁSICA - CONFECCIONADA EM MATERIAL POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO U.V E ANTI-CHAMAS	UNIDADE	25
83	CAIXA PADRÃO PARA HIDRÔMETRO EMBASA, EM MATERIAL PVC	UNIDADE	20
84	CAIXA PADRÃO TRIFÁSICA - CONFECCIONADA EM MATERIAL POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO U.V E ANTI-CHAMAS	UNIDADE	20
85	CAIXA PARA CANALETA PLÁSTICA EM PVC SIMPLES TAMANHO MÍNIMO DE 20mm	UNIDADE	100
86	CAIXA PARA DESCARGA DE VASO SANITÁRIO, SIMPLES, EM MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE PADRÃO	UNIDADE	150
87	CAIXA PARA POR TA DE MADEIRA TAMANHO MÍNMO EM ALTURA E LARGURA 80CM X 2,10M.	UNIDADE	30

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

88	CAIXA PLÁSTICA DE ENERGIA 4 x 2	UNIDADE	250
89	CAIXA PLÁSTICA DE ENERGIA 4 x 4	UNIDADE	50
90	CAIXA SIFONADA 100X100X50	UNIDADE	20
91	CAL HIDRATADA CH-III, COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO, ATENDE ABNT/NBR 7175, EMBALAGEM: SACO COM 20 KG	SACO	120
92	CAL REFINADA PARA PINTURA EM INTERIORES E EXTERIORES. HIDRATADA POR PROCESSO QUÍMICO E ISENTA DE AREIA E RESÍDUOS. CAL PURA MICROPULVERIZADA E HIDRATADA. CONTÉM AGENTE FIXADOR P4 (ADERENTE E SECANTE). EMBALAGEM: SACO COM 08 KG.	SACO	500
93	CANAleta EM MATERIAL PVC, COM DIVISÓRIAS SIMPLES 20 x 10 x 1.000mm DE PROFUNDIDADE, BARRA DE 2M	BARRA	130
94	CAP PARA CANO DE ESGOTO 150MM	UNIDADE	100
95	CAP PARA CANO DE ESGOTO 200MM	UNIDADE	100
96	CAP PARA CANO DE ESGOTO 40MM	UNIDADE	50
97	CAP PARA CANO DE ESGOTO 50MM	UNIDADE	40
98	CAP PARA CANO DE ESGOTO 75MM	UNIDADE	50
99	CAP SOLDÁVEL PARA CANO DE 20MM	UNIDADE	50
100	CAP SOLDÁVEL PARA CANO DE 25MM	UNIDADE	50
101	CAP SOLDÁVEL PARA CANO DE 32MM	UNIDADE	25
102	CAP SOLDÁVEL PARA CANO DE 40MM	UNIDADE	25
103	CAP SOLDÁVEL PARA CANO DE 50MM	UNIDADE	25
104	CAPA PARA CHUVA, EM MATERIAL NYLON IMPERMEÁVEL, TAMANHO PADRÃO ADULTO, NA COR AMARELA / PRETA	UNIDADE	50
105	CARRINHO DE MÃO (GALIOta) 60L LINHA 0,9 MM	UNIDADE	150
106	CAVADEIRA DE FERRO, COM CABO DE MADEIRA, TAMANHO PADRÃO	UNIDADE	40
107	CAVADOR DE FERRO, COM CABO DE MADEIRA, TAMANHO PADRÃO	UNIDADE	25
108	CHAPA DE MADEIRITE - ESPESSURA: 10 MM, MEDIDA: 110 X 220 CM. OBSERVAÇÕES: MADEIRA SECA ISENTA DE IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	30
109	CHAPA DE MADEIRITE - ESPESSURA: 9MM, MEDIDA: 110 X 220CM. OBSERVAÇÕES: MADEIRA SECA ISENTA DE IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	200
110	CHAPA DE ZINCO GALVANIZADA, PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE ADVERTÊNCIA OU BICA, COM 50 CM DE LARGURA	KG	100
111	CHAPA DE ZINCO GALVANIZADA, PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE ADVERTÊNCIA OU BICA, COM 60 CM DE LARGURA	KG	150
112	CHAPA DE ZINCO GALVANIZADA, PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE ADVERTÊNCIA OU BICA, COM 70 CM DE LARGURA	KG	200
113	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/4X8"	UNIDADE	20
114	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/8X10"	UNIDADE	15
115	CHAVE DE VELOCIDADE PARA VENTILADOR OSCILANTE, EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, SOBREPOR/ EXTERNO	UNIDADE	20
116	CHUVEIRO ELÉTRICO, TIPO DUCHA P/ BANHEIRO EM PVC, VARIAÇÕES DE TEMPERATURA DE ÁGUA :03, 220 V	UNIDADE	25
117	CHUVEIRO SIMPLES P/ BANHEIRO EM PVC	UNIDADE	30
118	CIMENTO PORTLAND, TIPO: CP II, CLASSE RESISTÊNCIA: 32, FORNECIMENTO: SACO 50 KG.	SACO	3000
119	COLA P/ MADEIRA EMBALAGEM CONTENDO 500G	LATA	45
120	COLA P/ TUBO SOLDÁVEL EMBALAGEM CONTENDO 17G	UNIDADE	50
121	COLA P/ TUBO SOLDÁVEL EMBALAGEM CONTENDO 75G	UNIDADE	80



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

122	COLHER P/PEDREIRO EM AÇO COM CABO DE MADEIRA UNIVERSAL	UNIDADE	20
123	CONDUÍTE 1" (ELETRODUTO), MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, RESISTENTE.	METRO	300
124	CONDUÍTE 1/2" (ELETRODUTO), MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, RESISTENTE.	METRO	200
125	CONDUÍTE 3/4 (ELETRODUTO), MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, RESISTENTE.	METRO	250
126	CONE DE PVC, PARA SINALIZAÇÃO DE RUAS, TAMANHO PADRÃO	UNIDADE	50
127	CONECTOR PARA HASTE COBREDA 5/8	UNIDADE	50
128	CORANTE PARA TINTA, A BASE D'ÁGUA, CORES VARIADAS, EMBALAGENS CONTENDO NO MÍNIMO 50ML	UNIDADE	650
129	CORDA DE SEDA 06 MM	METRO	1000
130	CORDA DE SEDA 10 MM	METRO	800
131	CORRENTE EM AÇO GALVANIZADO, PARA FECHAMENTO DE RUAS, ESPESSURA MÉDIA DE 6 MM, FORNECIDA EM METROS.	KG	100
132	CORRENTE EM AÇO GALVANIZADO, PARA FECHAMENTO DE RUAS, ESPESSURA MÉDIA DE 8 MM, FORNECIDA EM METROS.	KG	150
133	CUPINICIDA 500 ml	LITRO	20
134	CURVA ELETRODUTO 1" X 180	UNIDADE	40
135	CURVA ELETRODUTO 1" X 90	UNIDADE	40
136	CURVA ELETRODUTO 1/1/4 X 180	UNIDADE	40
137	CURVA ELETRODUTO 3/4 X 180	UNIDADE	40
138	CURVA ELETRODUTO 3/4 X 90	UNIDADE	40
139	CURVA PARA ESGOTO 45° 150 MM	UNIDADE	10
140	CURVA PARA ESGOTO 90° 100 MM	UNIDADE	50
141	CURVA PARA ESGOTO 90° 150 MM	UNIDADE	50
142	CURVA PARA ESGOTO 90° 200 MM	UNIDADE	10
143	CURVA PARA ESGOTO 90° 40 MM	UNIDADE	30
144	CURVA PARA ESGOTO 90° 50 MM	UNIDADE	30
145	CURVA PARA ESGOTO 90° 75 MM	UNIDADE	40
146	CURVA SOLDÁVEL 90° 20 MM	UNIDADE	30
147	CURVA SOLDÁVEL 90° 25 MM	UNIDADE	30
148	CURVA SOLDÁVEL 90° 40 MM	UNIDADE	30
149	CURVA SOLDÁVEL 90° 50 MM	UNIDADE	30
150	CURVA SOLDÁVEL 90° 60 MM	UNIDADE	10
151	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADO CABO ANATÔMICO 12X48CM	UNIDADE	10
152	DISCO DE CORTE 4" PARA FERRO	UNIDADE	300
153	DISCO DE DESBASTE PARA MADEIRA	UNIDADE	20
154	DISCO DE LIXA PARA MADEIRA	UNIDADE	100
155	DISCO DIAMANTADO, DIÂMETRO EXTERNO DO DISCO DE CORTE DIAMANTADO: 105 MM, DIÂMETRO DO FURO DO DISCO DE CORTE DIAMANTADO: 20 MM, TIPO DE CORTE DO DISCO DE CORTE DIAMANTADO: A SECO PERFIL DO CORTE: TURBO, ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM): 15300/MIN, SEGUE AS NORMAS DA ABNT.	UNIDADE	50
156	DISCO DE SERRA PARA MADEIRA 185 X 20 X 40 DENTES - D-51356 COM DENTE DE METAL DURO PARA CORTE EM MADEIRA EM GERAL. PARA USO EM SERRAS CIRCULARES PORTÁTEIS. LÂMINA COM DENTE DE METAL DURO. FURO DE 20MM COM ANEL DE REDUÇÃO PARA 15,88MM.	UNIDADE	100

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

157	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES	UNIDADE	25
158	DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES	UNIDADE	25
159	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16 AMPERES	UNIDADE	100
160	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMPERES	UNIDADE	50
161	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES	UNIDADE	30
162	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 AMPERES	UNIDADE	100
163	DISJUNTOR MONOFÁSICO 63 AMPERES	UNIDADE	40
164	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 AMPERES	UNIDADE	30
165	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 AMPERES	UNIDADE	30
166	DISJUNTOR TRIPOLAR 63 AMPERES	UNIDADE	25
167	DOBRADIÇA PORTA, MATERIAL FERRO POLIDO, ALTURA 88, LARGURA 60, ESPESSURA 1,50, QUANTIDADE PARAFUSOS 6, DIÂMETRO PARAFUSOS 3,50, COMPRIMENTO PARAFUSOS 20	JOGO	40
168	DOBRADIÇA SIMPLES EM METAL 3 x 2"	JOGO	40
169	DOBRADIÇA SIMPLES EM METAL 3.1/2 x 2" JOGO COM 03 UNIDADES	JOGO	50
170	DOBRADIÇA SIMPLES EM METAL 3.1/2 x 2.1/2" JOGO COM 03 UNIDADES	JOGO	40
171	ELETRODO PARA SOLDA 6013, 2,5MM .	KG	50
172	ENGATE, EM MATERIAL PLÁSTICO, PARA CONEXÃO DE PIA E VASO SANITÁRIO	UNIDADE	150
173	ENXADA EM AÇO LARGA VIRADA	UNIDADE	80
174	ESPAÇADOR DE PISOS, TIPO CRUZETA, TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 1,5mm, PACOTE COM 100 UNIDADES	PAC	30
175	ESPÁTULA DE AÇO 06 CM	UNIDADE	30
176	ESPÁTULA DE AÇO 08 CM	UNIDADE	30
177	ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO EM MATERIAL EMBORRACHADO	UNIDADE	50
178	ESTACA DE MADEIRA (TIPO EUCALIPTO TRATADO), PARA CERCA, (AC-40), ATRAVÉS DO PROCESSO DE AUTOCLAVAGEM, APROXIMADAMENTE 2,20 DE COMPRIMENTO E 0,12 M DE DIÂMETRO	UNIDADE	100
179	EXTENSÃO ELÉTRICA, CABO PP COM 05 METROS DE CUMPRIMENTO, COM TRÊS TOMADAS MODELO ATUAL 2P x 1T	UNIDADE	15
180	EXTENSÃO ELÉTRICA, CABO PP COM 10 METROS DE CUMPRIMENTO, COM TRÊS TOMADAS MODELO ATUAL 2P x 1T	UNIDADE	20
181	EXTENSÃO ELÉTRICA, CABO PP COM 20 METROS DE CUMPRIMENTO, COM TRÊS TOMADAS MODELO ATUAL 2P x 1T	UNIDADE	20
182	FACÃO EM AÇO COM CABO DE PVC 18"	UNIDADE	15
183	FECHADURA COM TRAVA LATERAL PARA PORTA DE ENROLAR, DUAS CHAVES	UNIDADE	50
184	FECHADURA DE SOBREPOR PARA PORTÃO, COM CILINDRO DE LATÃO, TAMANHO APROXIMADO 8 x 8,5 x 12cm	UNIDADE	30
185	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO CROMADA, MEDIDA APROXIMADA DE 55MM	UNIDADE	30
186	FECHADURA PARA PORTA, MATERIAL CAIXA AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, COM 2 CHAVES CADEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAÇANETA TIPO ALAVANCA, TIPO INTERNA/ EXTERNA	UNIDADE	100
187	FERRAGEM PRONTA, COM ESTRIVO 3/8"	METRO	200
188	FERRAGEM PRONTA, COM ESTRIVO 5/16"	METRO	400
189	FERROLHO CHATO EM METAL 3"	UNIDADE	50
190	FERROLHO CHATO EM METAL 4"	UNIDADE	50
191	FERROLHO DE AÇO ESTAMPADO 10CM	UNIDADE	50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

192	FIO TORCIDO 2 X 0.1MM	METRO	1400
193	FITA CREPE ROLO CONTENDO 24 x 50M	UNIDADE	150
194	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO 19X10M	UNIDADE	10
195	FITA ISOLANTE PRETA CONTENDO 10 M	UNIDADE	80
196	FITA ISOLANTE PRETA CONTENDO 20 M	UNIDADE	130
197	FITA PLÁSTICA ZEBRADA, ROLO 70MM COM 200 METROS, NAS CORES AMARELA / PRETA, PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREA	ROLO	100
198	FITA VEDA ROSCA 12MM X 10M	UNIDADE	50
199	FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA EM PVC, 20MM	UNIDADE	30
200	FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA EM PVC, 25MM	UNIDADE	25
201	FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA EM PVC, 50MM	UNIDADE	25
202	FOICE ROÇADEIRA EM AÇO COM CABO DE MADEIRA, MEDIDAS APROXIMADAS - ALTURA: 3,6cm, LARGURA: 17,4cm, COMPRIMENTO: 136,1cm	UNIDADE	25
203	FORRO PVC MEDINDO 6M DE COMPRIMENTO X 25 DE LARGURA NA COR BRANCA.	M²	300
204	FURADEIRA / PARAFUSADEIRA C/KIT DE BICO, 220V	UNIDADE	5
205	GESEO COLA, PÓ BRANCO, ISENTO DE SUJIDADES, EMBALAGEM DE 01 KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE VISÍVEIS EM SUA EMBALAGEM.	KG	100
206	GRAMPO DE AÇO GALVANIZADO P/ CERCA	KG	30
207	GRAMPO ISOLANTE PARA INSTALAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO, TAMANHO 10/12, PAC COM 25 UND	PAC	60
208	GRAMPO ISOLANTE PARA INSTALAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO, TAMANHO 14/16, PAC COM 25 UND	PAC	50
209	HASTE DE COBRE PARA ATERRAMENTO DE FIO TERRA TAM 1,20	PEÇA	50
210	HASTE DE COBRE PARA ATERRAMENTO DE FIO TERRA TAM 2,40	PEÇA	25
211	IMPERMEABILIZANTE - EMULSÃO PASTOSA, BRANCA, COM ALTÍSSIMA CAPACIDADE DE REDUÇÃO DA PERMEABILIDADE, GALÃO CONTENDO 01 KG.	KG	40
212	INTERRUPTOR C/ 1 TECLA E DUAS TOMADAS 4 x 2	UNIDADE	80
213	INTERRUPTOR C/ 1 TECLA E UMA TOMADAS 4 x 2	UNIDADE	100
214	INTERRUPTOR C/ 2 TECLAS DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	80
215	INTERRUPTOR C/ 3 TECLAS DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	50
216	INTERRUPTOR C/1 TECLA DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	150
217	INTERRUPTOR DE SOBREPOR COMUM COM 01 TECLA	UNIDADE	40
218	INTERRUPTOR DE SOBREPOR COMUM COM 02 TECLAS	UNIDADE	20
219	INTERRUPTOR EXTERNO EM PVC	UNIDADE	30
220	INTERRUPTOR PARALELO COM 1 TECLA DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	80
221	INTERRUPTOR PARALELO COM 1 TECLA DE EMBUTIR E UMA TOMADA 4 x 2	UNIDADE	80
222	INTERRUPTOR PARALELO COM 2 TECLAS DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	50
223	INTERRUPTOR PARALELO COM 3 TECLAS DE EMBUTIR 4 x 2	UNIDADE	50
224	JANELA BASCULHANTE, TIPO DE MATERIAL: ALUMÍNIO, LOCAL INDICADO DA JANELA: BANHEIRO TIPO DE ABERTURA: BASCULANTE, ALTURA 0,4 M	UNIDADE	20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

	LARGURA 0,6 M PROFUNDIDADE 0,025 M ESPESSURA 0,025 MM DIMENSÃO 40 x 60 x ,025 COM ACABAMENTO ANODIZADO BRILHANTE.		
225	JANELA EM ALUMÍNIO 1,20 X 1M, COM VIDRO LISO DIMENSÃO 100 x 120 x 0,055M, ACABAMENTO ANODIZADO BRILHANTE LADO DE ABERTURA DIREITO DE DENTRO DO AMBIENTE QUANTIDADE DE FOLHAS 2 FOLHA(S)	UNIDADE	30
226	JANELA EM MADEIRA MACIÇA 1,20 x 1M, COM ACABAMENTO	UNIDADE	30
227	JOELHO 90° SR 20MM X 1/2	UNIDADE	100
228	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 100MM	UNIDADE	100
229	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 150MM	UNIDADE	100
230	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 200MM	UNIDADE	30
231	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 40MM	UNIDADE	100
232	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 50MM	UNIDADE	80
233	JOELHO PARA ESGOTO EM PVC 75MM	UNIDADE	80
234	JOELHO SOLDÁVEL 90° 20MM	UNIDADE	150
235	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25MM	UNIDADE	100
236	JOELHO SOLDÁVEL 90° 32MM	UNIDADE	50
237	JOELHO SOLDÁVEL 90° 40MM	UNIDADE	40
238	JOELHO SOLDÁVEL 90° 50MM	UNIDADE	40
239	JOELHO SOLDÁVEL 90° 60MM	UNIDADE	10
240	KIT ACESSÓRIO PARA BANHEIRO COM 05 PEÇAS EM INOX	UNIDADE	30
241	KIT COMPLETO DE REPARO PARA CAIXA ACOPLADA	UNIDADE	50
242	KIT SERRA COPO, DIAMANTADA, AÇO CARBONO, CONJUNTO COM 4 PEÇAS, 20/ 25/ 35/ 40mm	KIT	5
243	LAJE PRÉ MOLDADA COM LAJOTA E LONGARINA	M²	200
244	LÂMINA DE SERRA TAMANHO PADRÃO	UNIDADE	100
245	LÂMPADA DE LED 09 W	UNIDADE	200
246	LÂMPADA DE LED 15 W	UNIDADE	150
247	LÂMPADA HALÓGENA 60W 220V	UNIDADE	100
248	LAVATÓRIO DE LOUÇA NA COR BRANCA	UNIDADE	30
249	LIMA CHATA P/AMOLAR ENCHADA,FOICE E MACHADO	UNIDADE	10
250	LINHA PARA PEDREIRO ROLO COM 100 M	UNIDADE	15
251	LIXA Nº 100 PARA FERRO, TAM. 225 x 275MM	UNIDADE	150
252	LIXA Nº 120 PARA FERRO, TAM. 225 x 278MM	UNIDADE	150
253	LIXA Nº 80 PARA FERRO, TAM. 225 x 275MM	UNIDADE	130
254	LIXA PARA MADEIRA, MODELO 100	UNIDADE	250
255	LIXA PARA MADEIRA, MODELO 220	UNIDADE	250
256	LIXA PARA MADEIRA, MODELO 80	UNIDADE	250
257	LIXA PARA PAREDE, MODELO 150	UNIDADE	200
258	LIXA PARA PAREDE, MODELO 100	UNIDADE	200
259	LIXA PARA PAREDE, MODELO 80	UNIDADE	200
260	LIXA PARA PAREDE, MODELO 180	UNIDADE	200
261	LONA PLÁSTICA, RESISTENTE, PRETO/ BRANCO, METRO LINEAR	M/LINEAR	300
262	LUVA DE PVC TAM 45 CM	PAR	50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

263	LUVA DE PVC TAM 65 CM	PAR	50
264	LUVA ELETRODUTO 1"	UNIDADE	50
265	LUVA ELETRODUTO 3/4"	UNIDADE	80
266	LUVA LATEX TAM P, M, G	PAR	200
267	LUVA LR 20MM x 1/2	UNIDADE	50
268	LUVA P/ESGOTO 100 MM	UNIDADE	20
269	LUVA SODÁVEL 20 MM, EM PVC	UNIDADE	150
270	LUVA SODÁVEL 25 MM, EM PVC	UNIDADE	80
271	LUVA SOLDÁVEL 40 MM, EM PVC	UNIDADE	30
272	LUVA SOLDÁVEL 50 MM, EM PVC	UNIDADE	40
273	LUVA SOLDÁVEL 60 MM, EM PVC	UNIDADE	20
274	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 60 MM	UNIDADE	20
275	MADEIRA EM MATERIAL SERRADA, PARA CONSTRUÇÃO DE MATA- BURRO, COM MEDIDAS APROXIMADAMENTE DE 16 X 12	METRO	250
276	MADEIRA EM MATERIAL SERRADA, PARA CONSTRUÇÃO DE MATA- BURRO, COM MEDIDAS APROXIMADAMENTE DE 12 X 7	METRO	350
277	MANGUEIRA , MATERIAL PÁSTICO RESISTENTE, EM PVC CRISTAL 5/8	METRO	200
278	MANGUEIRA DE PVC SUCÇÃO E DESCARGA PARA CARRO PIPA BITOLA MÍNIMA DE 2.1/2"	METRO	150
279	MANGUEIRA PARA GÁS, MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO 3/8, APLICAÇÃO GLP - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, MODELO TARJA AMARELA, TIPO FLEXÍVEL	METRO	80
280	MANGUEIRA TRANÇADA, EM MATERIAL PVC TRANSPARENTE, COM ENCAIXE ROSQUEADO PARA TORNEIRAS E BICO DOSADOR DE ÁGUA, TAMANHO MÍNIMO DE 20 METROS	UNIDADE	25
281	MANGUEIRA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, CRISTAL, 3/4"	METRO	250
282	MANTA ASFÁLTICA IMPERMEÁVEL AUTOADESIVA PARA TELHADO, 15 CM.	METRO	300
283	MANTA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE ELÁSTICA DE BASE RESINA ACRÍLICA PARA COBERTURAS EXPOSTAS, BALDE 18 KG, COR BRANCA OU CINZA CLARO, CONSUMO ENTRE 1,0 À 2 KG/M².	BALDE	10
284	MARRETA OITAVADA, CABEÇA EM METAL, COM CABO DE MADEIRA 500G JATEADO	UNIDADE	10
285	MARTELO P / PEDREIRO C/CABO DE MADEIRA E CABEÇA EM AÇO	UNIDADE	8
286	MARTELO P/ CARPINTEIRO C/CABEÇA EM METAL E CABO TUBULAR	UNIDADE	8
287	MÁSCARA DESCARTÁVEL SEMI FACIAL, COM VÁLVULA PARA RESPIRAÇÃO, POSSUI DOIS ELÁSTICOS DE AJUSTE PARA CABEÇA E PESCOÇO,	UNIDADE	200
288	MASSA ACRÍLICA P/AMBIENTE INTERNO/EXTERNO 20KG	SACO	80
289	MASSA ACRÍLICA P/AMBIENTE INTERNO/EXTERNO 15KG	SACO	80
290	MASSA CORRIDA, MÉTODO APLICAÇÃO COM ESPÁTULA E DESEMPENADEIRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EM RESINA ACRÍLICA, SOLUBILIDADE ÁGUA, APLICAÇÃO EM IMPERFEIÇÃO SUPERFÍCIE EXTERNA/ INTERNA PARA PINTURA, 15KG	SACO	80
291	MASSA CORRIDA, MÉTODO APLICAÇÃO COM ESPÁTULA E DESEMPENADEIRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EM RESINA ACRÍLICA, SOLUBILIDADE ÁGUA, APLICAÇÃO EM IMPERFEIÇÃO SUPERFÍCIE EXTERNA/ INTERNA PARA PINTURA, LATA DE 20KG	SACO	10
292	MASSA PLÁSTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÓXIDO DE FERRO, ÓXIDO DE ZINCO, SILICATO MAGNÉSIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM	LATA	80



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

	CATALISADOR, APLICAÇÃO VEDAÇÃO/ COLAGEM DE CERÂMICAS COR BRANCA, LATA DE 500 G		
293	MASSA VEDANTE, PARA VASO SANITÁRIO, EM MATERIAL ADERENTE, TIPO ARGA MASSA OU SIMILAR, QUANTIDADE MÍNIMA DE 01 KG.	KG	50
294	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM ARMAÇÃO EM PLÁSTICO E LENTE ACRÍLICA TAMANHO PADRÃO, COM ELÁSTICO PARA AJUSTE	UNIDADE	80
295	PÁ DE BICO, MATERIAL METAL/AÇO	UNIDADE	80
296	PÁ QUADRADA, MATERIAL METAL/AÇO TAM PADRÃO	UNIDADE	70
297	PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE ,MATERIAL EM AÇO,CABEÇA DE FENDA SIMPLES, TAM 2.8 X 20 MM	UNIDADE	1000
298	PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE ,MATERIAL EM AÇO,CABEÇA DE FENDA SIMPLES, TAM 3.8 X 25 MM	UNIDADE	1000
299	PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE ,MATERIAL EM AÇO,CABEÇA DE FENDA SIMPLES, TAM 4.5 X 50 MM	UNIDADE	1000
300	PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE ,MATERIAL EM AÇO,CABEÇA DE FENDA SIMPLES, TAM 4.8 X 75 MM	UNIDADE	1000
301	PARAFUSO COM BUCHA, ADEQUADOS PARA ASSENTAMENTO DE VASO SANITÁRIO	PAR	80
302	PARAFUSO FRANCÊS COM PORCA TAMANHO 3/8 X 9"	UNIDADE	400
303	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA 5/16 X 3"	UNIDADE	250
304	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA 5/16 X 4"	UNIDADE	150
305	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA TAMANHO 3/8 X 10"	UNIDADE	250
306	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA TAMANHO 3/8 X 11"	UNIDADE	250
307	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA TAMANHO 3/8 X 8"	UNIDADE	300
308	PEÇA EM MADEIRA MISTA APROXIMADAMENTE 10CM X 5 CM	METRO	800
309	PENEIRA ARO 55 CM – MM: PENEIRA COM ARO EM MADEIRA DE 55 CM DE LARGURA. ESPESSURA DO GRÃO DE PASSAGEM DE AREIA.	UNIDADE	20
310	PIA SIMPLES, PARA COZINHA, CUBA EM AÇO 1 M	UNIDADE	10
311	PIA SIMPLES, PARA COZINHA, MATERIAL FIBRA 1 M	UNIDADE	20
312	PIA SIMPLES, REVESTIDA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, P/ BANHEIRO, TAMANHO PADRÃO	UNIDADE	80
313	PICARETA DE FERRO, (METÁLICA), COM BOCA DE BICO FINO	UNIDADE	40
314	PICARETA DE FERRO, (METÁLICA), COM BOCA DE MACHADO	UNIDADE	10
315	PICHE PARA IMPERMEABILIZAR LAGE, ASFALTO, GALÃO CONTENDO 20 LT, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE	50
316	PINCEL PARA PINTURA A ÓLEO E MADEIRA, CABO LONGO, PÊLO DE MARTA TROPICAL, CHATO. ESPESSURA DO PÊLO: 25,2MM, Nº 22	UNIDADE	50
317	PINCEL PARA PINTURA A ÓLEO E MADEIRA, CABO LONGO, PÊLO DE MARTA TROPICAL, CHATO. ESPESSURA DO PÊLO: 29,6MM, Nº 24	UNIDADE	60
318	PINCEL PARA PINTURA, LARGURA DO PINCEL: 1" MATERIAL DAS CERDAS DO PINCEL: NATURAL COR DAS CERDAS DO PINCEL : PRETA, MATERIAL DO CABO DO PINCEL: PLÁSTICO	UNIDADE	100
319	PINCEL PARA PINTURA, LARGURA DO PINCEL: 2" MATERIAL DAS CERDAS DO PINCEL: NATURAL COR DAS CERDAS DO PINCEL : PRETA, MATERIAL DO CABO DO PINCEL: PLÁSTICO	UNIDADE	80
320	PINCEL PARA PINTURA, LARGURA DO PINCEL: 4" MATERIAL DAS CERDAS DO PINCEL: NATURAL COR DAS CERDAS DO PINCEL : PRETA, MATERIAL DO CABO DO PINCEL: PLÁSTICO	UNIDADE	300
321	PISO EM CERÂMICA 58X58 CONTENDO EM SUA EMBALAGEM 2M/2	CX	300



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

322	PISO EM CERÂMICA 61X61 CONTENDO EM SUA EMBALAGEM 2M/2	CX	300
323	PLAFON PLÁSTICO C/ BOCAL DE LOUÇA	UNIDADE	400
324	PÓ DE BRITA - USADO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: OBRAS DE TERRAPLENAGEM COMO MATERIAL PARA SUB-BASE, CALÇAMENTO DE PISO PRÉ-MOLDADOS E PARALELOS, IDENTIFICAÇÃO DE REDE E DRENAGEM - USINA DE ASFALTO: FABRICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PARA RECAPEAMENTO DE ESTRADAS, AVENIDAS E ESTABILIZADOR DO SOLO	M³	50
325	PONTEIRO 3/4X10"	UNIDADE	10
326	PORTA CADEADO TAMANHA MÍNIMO 89MM	UNIDADE	40
327	PORTA EM AGLOMERADO PARA AMBIENTE INTERNO TAM 80CM X 2,10M	UNIDADE	50
328	PORTA EM MADEIRA MACIÇA, PARA AMBIENTE EXTERNO TAM 80CM X 2,10M	UNIDADE	80
329	PORTA EM MADEIRA MACIÇA,P/ BANHEIRO TAM 60CM X 2,10M	UNIDADE	50
330	PORTA, PADRÃO MADEIRA PRENSADA, TIPO LISA, ACABAMENTO SUPERFICIAL NÃO ENVERNIZADO, LARGURA 80, ESPESSURA 3, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA INTERIOR ENCABEÇADA, ALTURA 2,10	UNIDADE	50
331	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO (BATÉ) TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 22/54MM	KG	30
332	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO (BATÉ) TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 27/30MM	KG	40
333	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO, TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 16/18MM	KG	50
334	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO, TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 17/21MM	KG	40
335	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO, TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 19/36MM	KG	40
336	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO, TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 19/39MM	KG	40
337	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, EM MATERIAL PVC, PARA 01 DISJUNTOR	UNIDADE	30
338	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, EM MATERIAL PVC, PARA 03 DISJUNTORES	UNIDADE	30
339	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, EM MATERIAL PVC, PARA 08 DISJUNTORES	UNIDADE	20
340	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, EM MATERIAL PVC, PARA 12 DISJUNTORES	UNIDADE	25
341	RASTELO, EM AÇO CARBONO DE ALTA QUALIDADE, CABO EM MADEIRA, COMPRIMENTO CABO DE APROXIMADAMENTE 120 CM 14 DENTES MEDIDAS APROXIMADAS 310 X 46 MM ESPESSURA.	UNIDADE	20
342	REDUÇÃO PARA ESGOTO 100 X 50MM	UNIDADE	10
343	REDUÇÃO PARA ESGOTO 150 X 100MM	UNIDADE	15
344	REGISTRO DE GAVETA EM MATERIAL METAL 1"	UNIDADE	20
345	REGISTRO DE GAVETA EM MATERIAL METAL 1/2"	UNIDADE	15
346	REGISTRO SIMPLES EM MATERIAL PLÁSTICO 20MM	UNIDADE	40
347	REGISTRO SIMPLES EM MATERIAL PLÁSTICO 40MM	UNIDADE	15
348	REGISTRO SIMPLES EM MATERIAL PLÁSTICO LL 50MM	UNIDADE	30
349	RÉGUA P/PEDREIRO EM MATERIAL ALUMÍNIO TAM 3M	UNIDADE	8
350	REJUNTE PARA PISO, COMPOSIÇÃO CIMENTO, AGREGADO NATURAL E ADITIVOS, DE FÁCIL MISTURA E APLICAÇÃO, CORES VARIADAS, EMBALAGEM CONTENDO 01 KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE	250

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

351	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 1.000 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	30
352	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 10.000 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	8
353	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 15.000 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	4
354	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 2.000 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	10
355	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 5.000 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	10
356	RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 500 L REVESTIDA EM POLIETILENO COM TAMPA	UNIDADE	50
357	RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO ELÉTRICO, MODELO DE APLICAÇÃO: DUCHA, TENSÃO 220 V.	UNIDADE	100
358	RESPIRADOR FACIAL COM CARTUCHO ÚNICO COM FILTRO MECÂNICO, SUAS PRINCIPAIS APLICAÇÕES SÃO: PINTURAS EM SPRAY, MANUSEIO DE TINTAS, VERNIZES E APLICAÇÕES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	UNIDADE	10
359	RIPA EM MADEIRA MISTA TAM PADRÃO DE ESPESSURA	METRO	1500
360	RIPÃO EM MADEIRA MISTA TAM PADRÃO DE ESPESSURA	METRO	1300
361	ROLDANA PLÁSTICA PARA INSTALAÇÃO	UNIDADE	400
362	ROLO DE LÃ DE 23 CM PARA PINTURA COM SUPORTE DE PLÁSTICO	UNIDADE	100
363	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM SUPORTE 05 CM	UNIDADE	100
364	ROLO PARA PINTURA, EM ESPONJA, DE 23cm	UNIDADE	150
365	ROLO PARA PINTURA, EM ESPONJA, DE 9cm	UNIDADE	200
366	SELADOR ACRÍLICO PARA PAREDE 18L	LATA	10
367	SELADOR ACRÍLICO PARA PAREDE, GALÃO CONTENDO 3,600L	GALÃO	20
368	SELADORA PARA TINTA DE MADEIRA, ARMAZENADA EM GALÃO DE ALUMÍNIO CONTENDO 3,600L	GALÃO	40
369	SERROTE DE AÇO, COM CABO DE MADEIRA, TRAVADO E POLIDO CABO DE MADEIRA ENVERNIZADO / NOGUEIRA FIXO COM TRÊS PARAFUSOS; AÇO: ALTO TEOR DE CARBONO; - 6 DENTES POR POLEGADA; - LÂMINA: 18 E 20" - 0,8MM; LÂMINA: 22, 24 E 26" - 0,9 MM	UNIDADE	4
370	SIFÃO, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR BRANCA, TIPO HORIZONTAL, TIPO CORPO FLEXÍVEL, TIPO HASTE ARTICULADA, DIÂMETRO SAÍDA 40, BITOLA 1 E 1/4 X 1 1/2	UNIDADE	80
371	SOLEIRA PARA PORTA, MATERIAL GRANITO, MEDIDA MÍNIMA 82x12CM, COR PRETA.	UNIDADE	20
372	SOLVENTE - CARACTERÍSTICAS ODOR: AGENTUADO COR: INCOLOR DENSIDADE: 0,825 G CM <sup>3</sup> SOLUBILIDADE EM ÁGUA: 50% +/- 5, EMBALAGEM CONTENDO 900ml	UNIDADE	300
373	SOMBRITE, (TELA DE SOMBREAMENTO), 75%, MEDIDAS APROXIMADAMENTE DE 4M X 50M	METRO	100
374	TÁBUA EM MADEIRA DE LEI, APROX 30CM X 3CM X 5M	UNIDADE	200
375	TALHADEIRA EM AÇO REDONDA COM EMPUNHADURA 3/4 X 12"	UNIDADE	8
376	TANQUE DE FIBRA 110x55	UNIDADE	8
377	TÊ EM PVC RÍGIDO PARA ESGOTO 100MM	UNIDADE	100
378	TÊ EM PVC RÍGIDO PARA ESGOTO 200MM	UNIDADE	40
379	TÊ EM PVC RÍGIDO PARA ESGOTO 40MM	UNIDADE	50
380	TÊ EM PVC RÍGIDO PARA ESGOTO 50MM	UNIDADE	50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

381	TÊ EM PVC RÍGIDO PARA ESGOTO 75MM	UNIDADE	50
382	TÊ SOLDÁVEL 20MM	UNIDADE	80
383	TÊ SOLDÁVEL 25 MM	UNIDADE	50
384	TÊ SOLDÁVEL 50 MM	UNIDADE	10
385	TÊ SOLDÁVEL MARROM 20MM X 1/2	UNIDADE	80
386	TÊ SOLDÁVEL MARROM 60MM	UNIDADE	5
387	TELA DE ARAME GALVANIZADO, MALHA MÉDIA, ALTA RESISTÊNCIA, MEDIDAS APROXIMADAMENTE DE : 1,50M X 50M	METRO	150
388	TELHA DE CERÂMICA TIPO COLONIAL, DIMENSÕES: 48CM X 20CM, PESO: 2,50KG/UM, CONSUMO: 24 UN/M², INCLINAÇÃO MÍNIMA: 35%	MILHEIRO	100
389	TELHA DE FIBRA DE VIDRO POLIÉSTER 1.000 X 1.110 MM ( 01 ONDA)	UNIDADE	30
390	TELHA DE FIBRA INCOLOR APROX 2.40X1.10MM	UNIDADE	50
391	TELHA DE FIBROCIMENTO 4MM 50x2,44 CM	UNIDADE	80
392	TELHA DE ZINCO 10200MM X 1100MM X 0,5MM	MT	20
393	TELHA EM FIBROCIMENTO MEDIDA MÍNIMA 1530MM X 1100MM DE 6MM SEM AMIANTO	UNIDADE	20
394	TIJOLO MACIÇO COM PADRÃO ABNT, 19CM X 9CM X 7,5CM	MILHEIRO	150
395	TINTA ACRÍLICA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, CORES VARIADAS, APLICAÇÃO PINTURA EXTERNA, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTERNA, MICROBICIDA, BACTERICIDA E FUNGICIDA. GALÃO DE 3,600 L, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO	100
396	TINTA ACRÍLICA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, CORES VARIADAS, APLICAÇÃO PINTURA PREDIAL, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, PARA AMBIENTE EXTERNO, MICROBICIDA, BACTERICIDA E FUNGICIDA. LATA DE 18 LITROS, CONTENDO EM SUA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	LATA	250
397	TINTA ACRÍLICA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, CORES VARIADAS, APLICAÇÃO PINTURA PREDIAL, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, PARA AMBIENTE INTERNO, MICROBICIDA, BACTERICIDA E FUNGICIDA. LATA DE 18 LITROS, CONTENDO EM SUA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	LATA	150
398	TINTA ASFÁLTICA IMPERMEÁVEL PARA CONCRETO, ALVENARIA, METAIS E MADEIRA, NEUTROL OU IMILAR, LATA CONTENDO 18L	LATA	120
399	TINTA LAVÁVEL A BASE D'ÁGUA EM CORES VARIADAS, PARA AMBIENTE INTERNO/ EXTERNO LATA DE 18 LITROS	LATA	100
400	TINTA ÓLEO OU ESMALTE SINTÉTICO, A BASE DE SOLVENTE INDICADO PARA PINTURAS EM MADEIRA, METAL, FERRO E OUTROS, CORES VARIADAS, GALÃO DE 3,600 L, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO	200
401	TINTA PARA PISO, LATA 18L, CORES VARIADAS	LATA	150
402	TINTA PARA PISO, GALÃO 3,600 L, CORES VARIADAS	GALÃO	120
403	TINTA SPRAY CORES VARIADAS 350 ML	UNIDADE	80
404	TOMADA DE SOBREPOR EM MATERIAL PVC	UNIDADE	80
405	TOMADA EMBUTIDA COM 2P + T	UNIDADE	150
406	TOMADA EMBUTIDA DUPLA COM 2P + T	UNIDADE	120
407	TOMADA EXTERNA	UNIDADE	100
408	TOMADA JUNÇÃO C/2 PINOS FÊMEA 10 AMPERES	UNIDADE	200
409	TOMADA JUNÇÃO C/2 PINOS FÊMEA 20 AMPERES	UNIDADE	150

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

410	TOMADA JUNÇÃO C/2 PINOS MACHO 10 AMPERES	UNIDADE	200
411	TOMADA JUNÇÃO C/2 PINOS MACHO 20 AMPERES	UNIDADE	150
412	TOMADA JUNÇÃO 3 PINOS PINOS FÊMEA 10 AMPERES	UNIDADE	150
413	TOMADA JUNÇÃO 3 PINOS PINOS FÊMEA 20 AMPERES	UNIDADE	150
414	TOMADA JUNÇÃO 3 PINOS PINOS MACHO 10 AMPERES	UNIDADE	150
415	TOMADA JUNÇÃO 3 PINOS PINOS MACHO 20 AMPERES	UNIDADE	150
416	TORNEIRA PARA COZINHA, EM METAL CROMADO, DE PAREDE, APROXIMADAMENTE 1/4 DE VOLTA, COM BICO MÓVEL, TAMANHO PADRÃO.	UNIDADE	40
417	TORNEIRA PARA COZINHA, EM PLÁSTICO RESISTENTE, DE PAREDE, APROXIMADAMENTE 3/4", COM BICO MÓVEL, TAMANHO PADRÃO, NA COR BRANCA/PRETA	UNIDADE	40
418	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE MESA, CONVENCIONAL PARA BANHEIRO, EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, BICA ALTA, APROXIMADAMENTE 40CM, VOLTANTE 1/4 DE VOLTA, BITOLA DE 1/2"	UNIDADE	30
419	TORNEIRA PARA PIA DE BANHEIRO, MATERIAL DA TORNEIRA: PLÁSTICO MEDIDA DA ROSCA DA TORNEIRA: 1/2" COMPRIMENTO DA TORNEIRA: 15,0 CM	UNIDADE	50
420	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL, TIPO JARDIM, DIÂMETRO 3/4, CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR PARA MANGUEIRA, APLICAÇÃO JARDIM.	UNIDADE	30
421	TORNEIRA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO JARDIM, DIÂMETRO 1/2", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR PARA MANGUEIRA, APLICAÇÃO JARDIM.	UNIDADE	50
422	TORNEIRA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO JARDIM, DIÂMETRO 3/4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR PARA MANGUEIRA, APLICAÇÃO JARDIM.	UNIDADE	40
423	TRELIÇA PRONTA, COM ESTRUTURA SOLDADA EM AÇO, MEDIDA DE CADA PEÇA 6M, ATENDENDO A NBR 14.859, NBR 14.862 e NBR 7.480.	PEÇA	80
424	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 100 MM	BARRA	400
425	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 150 MM	BARRA	1000
426	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 200 MM	BARRA	800
427	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 40 MM	BARRA	100
428	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 50 MM	BARRA	100
429	TUBO DE CANO EM PVC, P/ESGOTO 75 MM	BARRA	100
430	TUBO DE CANO EM PVC, PARA VASO SANITÁRIO COM VIROLA	UNIDADE	40
431	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM	BARRA	250
432	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM	BARRA	250
433	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM	BARRA	50
434	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM	BARRA	40
435	TUBO PVC SOLDÁVEL 60MM	BARRA	30
436	TUBO DE CONCRETO, MATERIAL EM CIMENTO ALTA RESISTÊNCIA, DIÂMETRO 60MM X 1M (MANILHAS)	UNIDADE	20
437	TUBO DE CONCRETO, MATERIAL EM CIMENTO ALTA RESISTÊNCIA, DIÂMETRO 80MM X 1M (MANILHAS)	UNIDADE	20
438	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR INOX, MACHO, 1/2", MATERIAL LATÃO CROMADO, TIPO ROSCA PARA GLP, 2,8 KPA, VAZÃO DE 1KG/H	PEÇA	20
439	VASO SANITÁRIO, SIMPLES, EM CERÂMICA, COM TAMPA, EM PLÁSTICO NA COR BRANCO, P/BANHEIRO	UNIDADE	100
440	VASSOURÃO DE NYLON 60 CM COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI****ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

441	VÁUVULA CONECTORA, EM MATERIAL PLÁSTICO, PARA PIAS	UNIDADE	40
442	VEDANTE PARA TORNEIRA, MATERIAL BORRACHA E LATÃO, BITOLA 1/2	UNIDADE	40
443	VERNIZ PARA MADEIRA ACETINADO GALÃO COM 3,6 LITROS	GALÃO	100
444	ZARCÃO - FUNDO SINTÉTICO ANTICORROSIVO COM SECAGEM RÁPIDA NA COR CINZA 3.600ml	GALÃO	20
445	ZARCÃO - FUNDO SINTÉTICO ANTICORROSIVO COM SECAGEM RÁPIDA NA COR CINZA 900ml	UNIDADE	50
446	CHAPA DE ACRÍLICO APROXIMADAMENTE 1,25X2,45 x 2MM. COR INCOLOR, TRAMITÂNCIA TRANSPARENTE	UNIDADE	10
447	CABO DE AÇO GALVANIZADO, BITOLA 1\16	METRO	100
448	CHAPA DE COMPENSADO BRANCO - ESPESSURA: 10 MM, MEDIDA: 160 X 220 CM.	UNIDADE	25
449	PONTALETE DE MADEIRA TIPO BARROTE, APROXIMADAMENTE DE 7X7X4,50M	UNIDADE	30
450	DISCO DE LIXA PARA FERRO Disco 4/5" Grão 36	UNIDADE	40
451	ESPÁTULA LISA, MATERIAL PLÁSTICO, LARGURA 10CM.	UNIDADE	10
452	ESTICADORES PARA CABO DE AÇO - 1/16	UNIDADE	50
453	LÂMINA SERRA - LÂMINA SERRA MATERIAL: AÇO CARBONO , APLICAÇÃO: SERRA TICOTICO PROFISSIONAL E INDUSTRIAL , LARGURA: 3/8 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DENTES TEMPERADOS PARA MADEIRA, QUANTIDADE DENTES: 8 DENTES POR POLEGADA.	UNIDADE	30
454	JOGO CHAVE MATERIAL: AÇO NIQUELADO , COMPONENTES: 10 A 32 MM, APLICAÇÃO: SERVIÇOS GERAIS - OFICINA , QUANTIDADE PEÇAS: 20 , TIPO: SOQUETE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESTOJO PLÁSTICO, ACESSÓRIOS: MANIVELA, CABO T, EXTENSÃO DE 5 E 10 POL	JOGO	2
455	LUVA DE SEGURANÇA COM PUNHO DE PANO, FORRADA INTERNAMENTE EM ALGODÃO/POLIESTER. TIPO MALHA. ACABAMENTO EM PUNHO RETO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO.	PAR	40
456	LUVA SEGURANÇA - MATERIAL: RASPA DE COURO AO CROMO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRA E REFORÇO EXTERNO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR.	PAR	20
457	PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE ,MATERIAL EM AÇO,CABEÇA DE FENDA SIMPLES, TAMANHO 3.2X20MM.	UNIDADE	200
458	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO COM PORCA E ARRUELA TAMANHO1/4X 4"	UNIDADE	200
459	PINCEL PARA PINTURA, LARGURA DO PINCEL 3" MATERIAL DAS CERDAS DO PINCEL: NATURAL COR DAS CERDAS DO PINCEL : PRETA, MATERIAL DO CABO DO PINCEL: PLÁSTICO	UNIDADE	100
460	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL AÇO, TIPO CABEÇA CHATA,CORPO LISO, BITOLA 19/33MM	KG	20
461	PREGO RIPAR, BITOLA 18X27MM, COM CABEÇA	KG	10
462	GRAMPEADOR PARA TAPECARIA, MANUAL, MODELO TRACKER, GRAMPO 106/06 E 08 – GRAMPEADOR PARA TAPECARIA, MANUAL, MODELO TRACKER, CAPACIDADE PARA GRAMPOS 106/06 E 106/8, DIMENSÕES APROXIMADAS: (3,0 X 19,0 X 16,50) CM	UNIDADE	3
463	ROLO PARA PINTURA, EM ESPONJA, DE 15CM	UNIDADE	30
464	SERRA COPO MATERIAL: DIAMANTADA , DIÂMETRO: 10 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE FIXAÇÃO COMPLETO, BROCA PILOTO E EXTENSÃO	UNIDADE	2
465	ESMALTE SINTÉTICO BASE DÁGUA 3,6L	GALÃO	50
466	VIGAS SERRADAS DE EUCALIPTO, MÍNIMO DE 7 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	20
467	SERRA TICO-TICO MANUAL ROTAÇÃO: 3.000 RPM, TENSÃO: 220	UNIDADE	2





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

468	LIXADEIRA ANGULAR, 2200W, CONSUMO10A , ROTACAO S/CARGA 5000 MIN-1, 220V.	UNIDADE	2
469	JOGO DE BROCAS PROFISSIONAL, MÍNIMO DE 15 PEÇAS(5 AÇO RÁPIDO/5 MADEIRA E 5 VIDEA)	JOGO	2
470	TUBO QUADRADO METALON EM AÇO SAE 20x20MM, 6000MM	BARRA	20
471	TUBO QUADRADO METALON EM AÇO SAE 30x20MM, 6000MM	BARRA	10
472	TUBO REDONDO METALON EM AÇO GALVANIZADO BITOLA 1", 6000MM	BARRA	10
473	TUBO REDONDO METALON EM AÇO GALVANIZADO BITOLA 2", 6000MM	BARRA	10
474	BARRA DE AÇO REDONDA 3/8x6000MM	BARRA	10

### **2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de materiais de construção é justificada pela necessidade contínua de manutenção, reparo, e adequação dos espaços públicos e prédios municipais, a fim de garantir condições adequadas de uso, segurança e bem-estar para a população e para os servidores municipais. Esses materiais serão utilizados em obras e serviços realizados pelas secretarias municipais, incluindo a recuperação de vias públicas, reformas de prédios escolares, unidades de saúde, praças, e demais edificações e espaços administrados pelo Município de Mairi-BA, além disso, a aquisição desses materiais permitirá que a administração municipal atenda com maior agilidade às demandas emergenciais de manutenção, evitando a deterioração dos bens públicos e otimizando o uso dos recursos públicos, com foco na economicidade e eficiência.

2.2. O objetivo da presente contratação é garantir o fornecimento, de forma contínua e regular, de materiais de construção essenciais para atender às demandas das diversas secretarias do município, com vistas a possibilitar a execução dos serviços de manutenção, reparo e melhorias nas infraestruturas municipais. Esse processo contribuirá para a conservação dos espaços públicos, a promoção da segurança estrutural, e o aprimoramento dos serviços prestados à comunidade de Mairi.

### **3. DA RAZÃO DO QUANTITATIVO DEMANDADO:**

3.1. Para determinar o quantitativo estimado para 12 meses foi considerado os dados realizados referente às aquisições utilizada pelas secretarias, extraídos do sistema de compras do Município, referente aos exercícios de 2023/2024.

3.2. A necessidade desse material se dá devido ao consumo além da expectativa no exercício de 2023, haja vista que os números realizados ficaram acima do resultado alcançado em todo o exercício.

3.3. A quantidade estimada visa suprir ainda eventuais déficits de eventuais necessidades não sabidos até então a serem demandados pelos diversos órgãos conforme a necessidade.

### **4. RAZÕES PARA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

4.1. As especificações técnicas solicitadas são de qualidade comum, usuais no mercado, não superior à necessária para cumprir as finalidades, sendo que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. Diante das necessidades de manutenção, reforma, ampliação e adequação dos espaços públicos sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mairi-BA, a única solução viável para suprir essas demandas de forma eficiente e econômica é a realização de uma licitação para aquisição de materiais de construção. Não há outra forma de obtenção que garanta a economicidade, transparência e competitividade necessárias para uma gestão pública responsável e otimizada dos recursos.

5.2. Para essa contratação, o Pregão Eletrônico foi escolhido como o método mais adequado, uma vez que proporciona uma ampla participação de fornecedores, possibilitando uma maior concorrência e, consequentemente, a obtenção de melhores condições de preço e qualidade. O pregão eletrônico também oferece maior transparência e segurança no processo licitatório, além de reduzir custos operacionais e





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

ampliar o alcance da licitação, permitindo a participação de empresas de diversas regiões e aumentando as chances de um processo competitivo e vantajoso ao município.

5.3. Essa modalidade também permite a realização da contratação de forma mais ágil e simplificada, viabilizando o atendimento das demandas de forma tempestiva e de acordo com os princípios de eficiência e economicidade que regem a administração pública

### **6. PESQUISA DE PREÇOS**

**6.1.** Foi realizada ampla pesquisa de preços através do sistema de Banco de Preço conforme mapa de preços acostado ao processo.

**6.2.** Cotações estão vigentes, dentro do período legal de 180 dias;

**6.3** Mantido como critério a MÉDIA dos preços obtidos para a formação do preço máximo da licitação, alinhando-se a justificativa do órgão demandante. Este critério foi adotado devido a homogeneidade da amostra obtida e por representar de uma forma mais robusta os valores de mercado;

**6.4.** Pesquisa de preços realizada conforme § 1º, Art. 23 da Lei 14133/2021, com parâmetros, empregados de forma combinada e incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros e também preservando a amplitude da pesquisa de preços em diversas fontes.

### **7. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**7.1.** Considerando as necessidades variadas de aquisição do material, o objeto deste contrato poderá ser parcelado de modo a garantir flexibilidade e eficiência no atendimento das demandas dos diversos setores do Município de Mairi. O parcelamento do objeto visa assegurar que as aquisições possam ser executados conforme a ocorrência de falhas ou a necessidade de manutenções preventivas e corretivas.

**7.2.** Dessa forma, o parcelamento do objeto permite uma alocação mais racional dos recursos públicos, uma vez que o Município poderá autorizar as aquisições conforme a real necessidade, evitando custos desnecessários e promovendo um melhor planejamento orçamentário. Ademais, o parcelamento possibilita o acompanhamento contínuo e detalhado das aquisições, permitindo ajustes e correções ao longo do período contratual, de acordo com as condições específicas.

**7.3.** O procedimento de parcelamento, além de proporcionar um controle mais rígido sobre os serviços prestados e os recursos empregados, visa também facilitar o processo de fiscalização e assegurar que os serviços sejam realizados em conformidade com as especificações do edital e dos padrões técnicos exigidos.

**7.4.** O objeto foi parcelado em 474 (quatrocentos e setenta e quatro) lotes, cada lote contendo um único item, objetivando a ampliação da disputa, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

### **8. SUSTENTABILIDADE**

**8.1.** A presente contratação de materiais de construção para o Município de Mairi-BA considera aspectos de sustentabilidade, visando minimizar os impactos ambientais e promover o uso consciente dos recursos. A Prefeitura estabelecerá critérios de sustentabilidade para selecionar os materiais de construção, dando preferência a itens que apresentem as seguintes características:

- **Origem Sustentável:** Prioridade para materiais provenientes de fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis, como o uso de matérias-primas recicladas ou de fontes renováveis, além de processos produtivos com menor emissão de poluentes e resíduos.
- **Eficiência Energética e Redução de Resíduos:** Aquisição de materiais que contribuam para a eficiência energética nas obras e que possibilitem o aproveitamento máximo dos insumos, minimizando a geração de resíduos e, quando possível, utilizando itens recicláveis ou biodegradáveis.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- **Logística Reversa:** Incentivo a fornecedores que adotem práticas de logística reversa, facilitando a devolução de embalagens e resíduos gerados, para que sejam reaproveitados ou descartados de maneira ambientalmente correta.
- **Durabilidade e Qualidade:** Materiais de construção de maior durabilidade serão priorizados, uma vez que contribuem para a redução da necessidade de substituições frequentes, resultando em menos desperdício e um menor consumo de recursos no longo prazo.

8.2. A adoção desses critérios de sustentabilidade é alinhada aos princípios da administração pública sustentável e visa promover uma cultura de responsabilidade ambiental nas aquisições municipais. Com isso, o município de Mairi busca não apenas atender suas necessidades de infraestrutura, mas também contribuir para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

### **9. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO E FORNECIMENTO DE BEM COMO COMUNS**

**9.1.** O objeto dessa licitação é classificado como bem e serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**9.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

10.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- a) O critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o de menor preço;
- b) Não serão aplicadas a indicação e/ou a vedação de marcas;
- c) Não será exigidas amostras do objeto;
- d) Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejarem a sua habilitação na licitação e contratação.
- e) A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- f) A contratada deverá seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho
- g) O fornecimento possui natureza continuada, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
  - Os fornecimentos tenham sido prestados regularmente;
  - Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
  - Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
  - Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **12. SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

### **13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

13.1. A execução do objeto desta contratação, referente ao fornecimento de materiais de construção para o Município de Mairi-BA, será realizada conforme demanda, de forma parcelada, durante o período de vigência do contrato. O modelo adotado visa garantir a flexibilidade necessária para atender as necessidades de manutenção, reformas e obras de infraestrutura nos diversos espaços públicos municipais, de acordo com as solicitações emitidas pelas secretarias.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## **1. Solicitação e Entrega dos Materiais**

- As secretarias municipais deverão formalizar suas solicitações de materiais de construção junto à unidade responsável pela gestão do contrato, especificando as quantidades e tipos de materiais necessários.
- O fornecedor deverá realizar a entrega dos materiais solicitados no prazo acordado, diretamente nos locais designados pela Prefeitura, que poderão incluir diversas unidades e instalações públicas, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município.
- Cada entrega deverá estar acompanhada de uma nota fiscal correspondente aos itens fornecidos, para fins de controle e fiscalização.

## **2. Controle e Fiscalização**

- A fiscalização do fornecimento dos materiais será realizada por servidores designados pela administração municipal, que verificarão a conformidade dos itens entregues com as especificações exigidas no Termo de Referência.
- Em caso de entrega de materiais que não atendam às especificações contratadas ou apresentem defeitos, o fornecedor será notificado para realizar a substituição no menor prazo possível, sem ônus adicional para o Município.

## **3. Pagamento**

- O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme as entregas efetuadas e devidamente atestadas pela fiscalização, de acordo com as condições estabelecidas no contrato e mediante apresentação das notas fiscais e comprovantes de entrega.

13.2. Esse modelo de execução foi escolhido para possibilitar o atendimento contínuo e adequado das demandas de infraestrutura do município, garantindo eficiência e flexibilidade, além de permitir um controle rigoroso sobre a qualidade e a quantidade dos materiais adquiridos, promovendo, assim, o bom uso dos recursos públicos.

## **14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

14.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

14.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.10. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

14.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

14.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

14.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.18. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término

### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. A empresa contratada para o fornecimento de materiais de construção para o Município de Mairi-BA deverá observar as seguintes obrigações, a fim de garantir a qualidade e a regularidade do fornecimento, bem como o cumprimento das exigências contratuais e legais:

- Fornecer materiais de construção que estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos pedidos de compra. Todos os itens devem atender aos padrões de qualidade e segurança aplicáveis, sendo proibido o fornecimento de materiais que apresentem defeitos, avarias ou não atendam às exigências normativas;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- Cumprir rigorosamente os prazos de entrega definidos nos pedidos de fornecimento, garantindo que os materiais sejam entregues nas quantidades e locais determinados pela Prefeitura de Mairi-BA, incluindo pontos na zona urbana e rural, conforme a necessidade das secretarias municipais;
- Responsabilizar-se por todas as despesas e providências relacionadas ao transporte, descarga e manuseio dos materiais até os locais indicados, assumindo o risco de qualquer avaria ou extravio que possa ocorrer durante o transporte;
- Substituir, sem custos adicionais, quaisquer materiais que sejam rejeitados pela fiscalização do município por não atenderem às especificações contratuais ou por apresentarem defeitos, avarias ou problemas de qualidade, no prazo máximo estipulado pela administração;
- Atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos no contrato, preferindo materiais de origem sustentável e adotando práticas de logística reversa, quando aplicável, para destinação correta de embalagens e resíduos;
- Manter um canal de comunicação eficiente com os responsáveis pelo contrato na Prefeitura, atendendo prontamente a eventuais solicitações, dúvidas ou notificações sobre o fornecimento. Disponibilizar um responsável técnico ou representante para contato e suporte durante a vigência do contrato;
- Cumprir todas as normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes ao objeto contratado, responsabilizando-se por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas no fornecimento dos materiais.

15.2. O não cumprimento dessas obrigações poderá acarretar em penalidades conforme previsto no contrato e na legislação aplicável, incluindo advertências, multas e, se necessário, rescisão contratual.

### **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

16.1. A Prefeitura Municipal de Mairi-BA, como contratante, assume as seguintes obrigações para garantir a correta execução do contrato de fornecimento de materiais de construção:

- Formalizar, de maneira clara e detalhada, as solicitações de materiais de construção, especificando as quantidades, tipos e locais de entrega de acordo com as necessidades das secretarias municipais, para que o fornecedor possa realizar o planejamento e execução das entregas com precisão.
- Designar servidores responsáveis pela conferência dos materiais entregues, verificando se estão de acordo com as especificações contratadas e com as quantidades solicitadas. A fiscalização deverá atestar a conformidade das entregas e informar imediatamente ao fornecedor caso haja qualquer irregularidade ou não conformidade nos materiais fornecidos.
- Manter uma comunicação eficiente e contínua com o fornecedor, informando-o sobre qualquer alteração nos pedidos ou requisitos do contrato, bem como sobre as necessidades de entrega em novos locais ou prazos ajustados, se necessário.
- Efetuar os pagamentos ao fornecedor de acordo com as condições estabelecidas no contrato, após a entrega e a conferência dos materiais e mediante apresentação das notas fiscais correspondentes. O contratante deverá processar os pagamentos dentro dos prazos acordados, contanto que as entregas tenham sido atestadas como conformes.
- Proporcionar ao fornecedor o acesso adequado aos locais de entrega dos materiais e garantir que os ambientes estejam em condições de receber os itens, incluindo segurança e espaço suficiente para o descarregamento e manuseio dos materiais.
- Notificar o fornecedor formalmente sobre qualquer material que não atenda às especificações ou que apresente defeitos, e solicitar a substituição desses itens conforme previsto no contrato, visando manter a qualidade dos produtos e o bom andamento das atividades municipais.
- Cumprir rigorosamente as disposições contratuais e as normas legais aplicáveis ao processo de aquisição, respeitando os direitos do fornecedor e assegurando a lisura e transparência em todas as etapas do contrato.

16.2. O cumprimento dessas obrigações por parte do contratante é essencial para que o fornecedor possa executar o contrato de maneira adequada, garantindo o fornecimento eficiente e contínuo dos materiais de construção para o município.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

### **17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **17.1. Recebimento do Objeto**

17.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

17.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

17.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **17.2. Liquidação**

17.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

17.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

17.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **17.3. Prazo de pagamento**

17.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **17.4. Forma de pagamento**

17.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **18.2. Exigências de habilitação**

18.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **18.3. Habilitação jurídica:**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI

ESTADO DA BAHIA

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;<sup>[ap]</sup>
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) **Documento de identificação:** do(s) sócio (s) ou responsável (is) legal (is) pela licitante.

18.3.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.3.2. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

#### 18.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

#### **19.2. Justificativa para sigilo das estimativas de preço (ART.24 da Lei Nº. 14.133/2021).**

O sigilo do orçamento estimado na presente contratação se justifica pela busca de preços e condições mais vantajosas para a administração. A divulgação dos orçamentos acaba por diminuir a voracidade com que os licitantes entram nas disputas, acabando por diminuir a competitividade do certame.

Ao não divulgar os orçamentos estimados, trazemos ao processo uma assimetria de informações, posto que, ao passo que o órgão público não sabe o preço mínimo do fornecedor, este também não sabe o preço máximo que o órgão está disposto a pagar. Esta assimetria traz uma vantagem econômica na contratação, pois o fornecedor não terá um parâmetro do preço máximo, levando-o a trabalhar com seu preço mínimo na busca por ser campeão da disputa.

Procura-se também com o sigilo desencorajar a formação de cartel entre os licitantes, posto que sem a ciência do preço fica mais difícil fazer combinações prévias. Veja a Doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliveira sobre a questão:

A necessidade de modificação da regra tradicional de licitação, com a previsão do orçamento sigiloso, pode ser justificada pela necessidade de evitar que a divulgação do orçamento influencie a elevação dos valores constantes das propostas e a formação de cartel entre os licitantes, dado que, sem a ciência do preço estimado pela Administração, fica mais difícil de fazer combinações entre concorrentes. (Curso de Direito Administrativo, 9ª Edição, Editora Método)

Importante consignar também que, ao não divulgação dos orçamentos acaba por retirar das disputas empresas despreparadas e incapazes de fazer um planejamento orçamentário a respeito do objeto em disputa. Com a divulgação dos orçamentos, empresas despreparadas apresentam descontos sobre o valor divulgado sem preocupar-se com sua capacidade de cumprir o objeto, trazendo sérios prejuízos a administração. Ao contrário, quando não divulgamos os orçamentos, obrigamos as empresas a planejar, fazer sua própria precificação e fazer sua proposta com responsabilidade.

### **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, com base IGPM ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses a contar da data da confecção do orçamento respectivo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

12.2. Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo CONTRATANTE, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concessão para serviços compatíveis com o objeto da contratação.

12.3. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, conforme art. 136 da Lei 14.133/2021.

12.4. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

### **13. SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **14. DAS SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- d) ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - f.1) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

- f.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- g) As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- h) Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- h.1) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - h.2) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - h.3) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- i) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- j) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- j.1) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- k) Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- l) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  - m) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
  - n) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
  - o) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
  - p) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **15. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

15.1. Considerando a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 047/2024, apresentamos a justificativa para a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para aquisições de natureza rotineira.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

15.2. As aquisições em questão são caracterizadas pela sua natureza rotineira, sendo realizadas de forma periódica e com especificações já consolidadas pela administração pública. Estas aquisições não apresentam complexidade técnica ou inovações que demandem estudos aprofundados para cada nova contratação.

15.3. A elaboração de um ETP para cada aquisição rotineira implicaria em um dispêndio desnecessário de recursos humanos e materiais, além de prolongar o tempo de processo de contratação sem agregar valor significativo à qualidade ou eficiência da aquisição.

15.4. A administração possui histórico de aquisições de gêneros alimentícios que comprovam a eficácia e adequação das especificações já estabelecidas. A elaboração de ETPs em situações em que a solução já consegue ser identificada não contribui para a melhoria do processo de contratação, mas sim para a burocratização do mesmo.

15.5. Diante do exposto, concluímos que a dispensa da elaboração do ETP para aquisição de gêneros alimentícios está alinhada com os princípios da eficiência, economicidade e celeridade processual. A ausência do ETP, neste caso específico, não prejudica a aferição dos padrões de desempenho e qualidade desejados, nem expõe a administração a riscos desnecessários. Portanto, justifica-se plenamente a dispensa do ETP para as aquisições em tela.

### **16. GESTOR DO CONTRATO**

16.1. Para este objeto em questão, sugere-se a Secretaria de Administração e Planejamento para promover a gestão do contrato por parte do Poder Executivo e Fundos Municipais.

16.1.1. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

### **17. DAS ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **18. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Sr. Leandro Assis de Oliveira, Secretário de Administração e Planejamento e aprovado pelo Prefeito Municipal Sr. José Bonifácio Pereira da Silva.

---

**LEANDRO ASSIS DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

**Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, aprovo o  
presente Termo de Referência.**

---

**JOSÉ BONIFÁCIO PEREIRA DA SILVA**

Prefeito





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## **ANEXO IV FORMULÁRIO-PROPOSTA**

Nome da empresa (razão social):.....  
Endereço:.....  
Cidade:.....UF:.....CEP:.....  
CNPJ n.:.....Telefone:.....  
E-mail:.....

Responsável pela assinatura do(a) contrato/ata:

Nome:..... Cargo/função:.....  
CPF:..... RG:.....  
Endereço:.....  
Telefone(s):..... E-mail:.....

Dados bancários (com dígito verificador):

Banco n.:.....Agência n.:.....Conta-corrente n.:.....

A presente proposta tem como objeto a aquisição dos itens ou contratação dos serviços abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1						
2						

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

....., ..... de ..... de 20\_\_.

(nome e assinatura do responsável)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o disposto na Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, **DECLARA, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº xxxx/2024**, para todos os efeitos legais que:

#### **1 – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidões ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;

#### **2 - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

A Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### **3 - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Declara, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (declaração conjunta – Anexo III)

#### **4 - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

Declara, que os documentos encaminhados e apresentados no presente processo são autênticos, assumindo o mesmo poder de prova que os originais, nos termos do Art. 3º, § 2º da Lei 1.3726/2018 e dos Art. 298 e Art. 299 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei Nº 2.848/1940).

#### **5 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDIDITO**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

#### **6 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurada pela Prefeitura Municipal de Mairi, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

#### **7 - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021

#### **8 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

DECLARAMOS para fins de direito na qualidade de proponente que:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

1. Comprometemo-nos a manter durante a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2. Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação do serviço, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato;
3. Comprometemo-nos a entregar o material solicitado no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, após recebimento da OF.
4. Comprometemo-nos que a entrega dos produtos licitados será feita em carro adequado pertencente a empresa, ou que a esta preste serviço, e nos locais determinados na Ordem de Fornecimento expedida do Município.
5. Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, às normas pertinentes à prestação dos serviços e utilização do objeto a ser contratado, bem como, ao Edital.

### **9 - DECLARAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

### **10 – DECLARAÇÃO INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do CPF sob nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato e que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: (). Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Em, // .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

## **ANEXO VI MODELO DO CONTRATO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/20xx**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: xx/20xx

**CONTRATO Nº : xx-20xx**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAIRI E A EMPRESA XXXX, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de XXXXXXXX, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo xxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., pactuam o presente contrato, conforme quantidades e especificações mínimas do Edital e seus Anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS:**

1.1. O presente instrumento contratual decorre da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/20xx, atendendo o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Federal 123/2006, Lei Federal nº 147/2014 e legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente o Decreto 041 de 2023 do Município de Mairi-BA.

### **CLÁUSULA SSEGUNDA - DO OBJETO:**

2.1. Constitui objeto deste instrumento o(a) ....., com entrega **parcelada/integral**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital Pregão Eletrônico 0...../2024 e seus Anexos, na Proposta vencedora e na forma prevista em seus anexos e Termos de Referências do respectivo Edital.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1. O Termo de Referência;
- 2.2.2. O Edital da Licitação;
- 2.2.3. A Proposta do contratado;
- 2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

### **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

3.1. O prazo de vigência da contratação tem início em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com válida até 31/12/2024, podendo ainda ser prorrogado conforme art. 107 da Lei 14.133/21, observados as diretrizes previstas na legislação.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

### **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E QUANTIDADE:**

6.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ ..... (.....):

Item	Especificação	Und. de medida	Marca	Qtde.	Qtde Mínima por entrega	Valor unitário	Valor total

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

8.2 Com fundamento no disposto pelo art. 6º, LVII e 135 da Lei 14.133/21, será admitido o reajuste, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do valor, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, mediante aplicação do INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta.

8.3 Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será observado o critério de reajustamento em sentido estrito, mediante solicitação expedida pela Contratada.

8.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data da última repactuação.

8.5 O registro do reajustamento de preços será formalizado por simples apostila.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar a procuradoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. A Administração terá o prazo de 01 (um mês), a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- d) Multa.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.1. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro do Município de Mairi/BA, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a respectiva notificação.

12.4.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

12.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei nº. 14.133/2021.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, devendo ser observado os quantitativos de itens contratados, salvo se for prorrogado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.

13.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação discriminada: xxxx - xxxxxxxx - xxxx - xxxxxxxx – xxxx – xxxxxxxxxx.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

17.1. O Gestor do Contrato indicado pela Administração, será o(a) servidor(a) xxxxxxxx, matrícula xxxx e,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRI**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ.: 14.212.872/0001-28

que deverá cumprir as atribuições previstas no Decreto xxxxx/2024.

17.2. A fiscalização administrativa do contrato será realizada pelo servidor xxxxxx, matrícula xxxxxx, que deverá cumprir as atribuições previstas no Decreto xxxxx/2024. 9.3.

17.3. Havendo necessidade de substituição do gestor e/ou fiscais, a unidade técnica indicará substitutos para as funções indicadas acima.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO:**

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal da Transparência do Município de Mairi-BA.

### **CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO:**

19.1 As partes, bem como as testemunhas envolvidas neste instrumento formalizam o acordo que o presente instrumento contratual poderá ser assinado de forma eletrônica, com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade do documento, com fulcro na Lei nº 14.063, de 23/09/2020 e do Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas e executáveis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO:**

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de XXX, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**xxxxxxx - BA, xx de xxxxxx de 20xx.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
EMPRESA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: